
A Metalinguagem Amazônica do Alternativo *Jornal Pessoal*¹

El Metalenguaje Amazónico del Alternativo *Jornal Pessoal*

The Amazon Metalanguage of the Alternative Newspaper *Jornal Pessoal*

Recebido em: 30 mar. 2012

Aceito em: 08 mar. 2013

Célia Regina Trindade Chagas AMORIM

Universidade Federal do Pará (Belém-PA, Brasil)

Doutora e mestre em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP. Jornalista formada pela UFPA. Professora adjunta do curso de Comunicação Social e vice-diretora da Faculdade de Comunicação da UFPA. Coordena o Projeto Mídias Alternativas na Amazônia, financiado pelo CNPq. Contato: celia.trindade.amorim@gmail.com.

¹ Este artigo faz parte das produções do Projeto Mídias Alternativas na Amazônia, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Universidade Federal do Pará (UFPA), coordenado pela autora do trabalho. O artigo foi produzido a partir da tese de doutorado *Jornal Pessoal: Uma metalinguagem jornalística na Amazônia*. PUC/SP, 2008; Alaic – Bacia Amazônica (2011), com informações revisadas e atualizadas para a presente revista.

RESUMO

Este artigo tem como objetivo fazer uma reflexão sobre a natureza metajornalística do *Jornal Pessoal* que surge no cenário alternativo em 1987, pós-ditadura militar, exigindo direito de comunicação na Amazônia. A noção da metalinguagem como duplo - o Dizer e o Fazer jornalísticos do *Jornal Pessoal* - será apresentada metodologicamente por meio de três casos que marcaram a trajetória histórica do periódico. A análise empírica foi coletada das páginas do alternativo e da grande imprensa paraense representada à época pelos jornais *O Liberal*, *O Diário do Pará* e a *Província do Pará*. Os autores que embasam a presente reflexão são Roland Barthes, Serge Gruzinski, Downing, Samira Chalhub, Marcondes Filho e Maria Madalena Oliveira. O metajornalismo operado pelo periódico desvela, por meio da investigação e da crítica, a arquitetura do jornalismo amazônico a quem deveria por princípio oferecer informação de interesse público ao cidadão.

Palavras-chave: Metalinguagem. Amazônia. Dizer. Fazer.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo hacer una reflexión a cerca de la naturaleza meta periodística del periódico *Jornal Pessoal* que surge en el escenario alternativo el 1987, post dictadura militar, exigiendo derecho de comunicación en la Amazonia. La noción del metalenguaje como dúo - el decir y el hacer periodístico del *Jornal Pessoal* - será presentado metodologicamente por medio de tres casos que marcan la trayectoria histórica del alternativo. Para ello, el análisis impírico fue colectado de las páginas del alternativo y de la gran impreza paraense representada en la época por los periódicos *O Libera*", *O Diário do Par*" y la *Província do Pará*. Los autores que embazan la presente reflexión son Roland Barthes, Serge Gruzinski, Downing, Samira Chalhub, Marcondes Filho y Maria Madalena Oliveira. La conclusión es que el meta periodístico operando por el alternativo asoma, por medio de la investigación y de la crítica, la arquitectura del periodismo amazónico a quien debería por principio ofrecer información del interés público a lo ciudadano.

Palabras clave: Metalenguaje. Amazonia. Decir. Hacer.

ABSTRACT

This article has as objective to do a reflection on the metajournalistic nature of the *Jornal Pessoal* newspaper that appears in the alternative scene in 1987, after military dictatorship, demanding communication right in the Amazonian. The notion of the metalanguage as a double - the journalistic Saying and Doing of *Jornal Pessoal* - will be methodologically presented via three case, which marked the historical path not only of the alternative. For so much, it was done an empiric analysis of the alternative newspaper and of the mainstream local press represented by the newspapers *O Liberal*, *O Diario do Pará* and *Província do Pará*. The authors that base the present paper are Roland Barthes, Serge Gruzinski, Downing, Samira Chalhub, Marcondes Filho and Maria Madalena Oliveira. The conclusion is that the metajournalism operated by the newspaper it watches, through the investigation and of the critic, the architecture of the Amazonian journalism to who would owe for beginning to offer information of public interest to the citizen.

Keywords: Metalanguage. Amazonian. Saying. Doing.

Introdução

O *Jornal Pessoal*, do sociólogo e jornalista Lúcio Flávio Pinto, completou no mês de setembro 26 anos de uma experiência jornalística radical e singular na região Norte em pleno século XXI. Para tanto, nunca aceitou nenhum tipo de publicidade. É sabido que a publicidade impulsionou o desenvolvimento da chamada grande imprensa no século XIX, consolidando definitivamente a informação como mercadoria. O *Jornal Pessoal* atua em sentido contrário a esta proposta hegemônica, utilizando como método de investigação a metalinguagem jornalística.

Tão rica quanto variada em suas manifestações, a metalinguagem, uma característica específica da linguagem, é evocada neste artigo como aquela que tem o poder de ser reflexiva no sentido de ir além do universo das coisas, do mundo, dos acontecimentos, da notícia, ou seja, volta-se para a linguagem jornalística numa perspectiva crítica. E o objeto da crítica, do modo como entende Barthes (2003: 160), “não é o ‘mundo’, é um discurso, [...] a crítica é discurso sobre um discurso; é uma linguagem segunda ou metalinguagem (como diriam os lógicos), que se exerce sobre uma linguagem primeira”.

Sob este aspecto, Barthes (2003) enfatiza que a lógica simbólica ensina a distinguir, de modo feliz, entre linguagem-objeto e metalinguagem. A linguagem-objeto, a *grosso modo*, refere-se à nomeação das coisas e a metalinguagem é a linguagem utilizada para falar de/analisar a chamada linguagem-objeto, ou seja, a metalinguagem potencializando a reflexão da própria linguagem.²

Partindo das argumentações de Barthes, observa-se que o *Jornal Pessoal* é possuidor de uma metalinguagem crítica que aponta como linguagem-objeto ora a linguagem da grande imprensa, ora aponta para si mesma, ou seja, o alternativo se faz linguagem-objeto. Como se manifesta este interessante jogo comunicacional? O metajornalismo do *Jornal Pessoal* desnuda a grande imprensa e desnuda a si mesmo. Ao mostrar explicitamente para o leitor o *modus operandi* da grande imprensa paraense, revela estrategicamente também o seu.

² “Em grego há um determinado número de palavras compostas com ‘meta’ (metanóia, metempsicose, método (composta de ‘meta’ + ‘odos’) Palavras como ‘metalinguagem’, ‘metaciência’, ‘metateatro’, ‘meta-ética’ são neologismos, termos técnicos historicamente recentes. Algumas dessas palavras tomaram como base da sua composição a dicotomia linguagem/metalinguagem. Ver GUERREIRO, 2003.

A natureza metalinguística do *Jornal Pessoal*

O número inaugural do periódico, lançado na primeira quinzena de setembro de 1987, já simbolizou a ruptura com o modelo de fazer jornalismo voltado para o lucro imediato. Ao negar a forma-mercadoria-notícia, que faz das pessoas meras consumidoras, o *Jornal Pessoal* apontou, na sua própria *práxis*, outros caminhos para se fazer jornalismo, assentados na análise crítico-reflexiva e vinculados ao sentido público da informação por meio da denúncia, da publicação dos fatos sociais, e, sobretudo, do metajornalismo.

O lançamento do periódico, pós-ditadura militar, vai indicar um modo bastante peculiar de se fazer jornalismo alternativo na Amazônia, já que o *boom* dos seus primos mais próximos, os alternativos que fizeram história durante a ditadura militar (1964-1985), havia se esgotado. A luta do *Jornal Pessoal* priorizará assuntos de interesse público que a grande imprensa paraense omitiu, manipulou, forjou, entretanto mostrando ao leitor o porquê de tal tratamento jornalístico.

Sob esta perspectiva, o alternativo priorizará sim o chamado jornalismo investigativo sobre os grandes assuntos da Amazônia (como trabalho escravo, conflitos agrários, tráfico de drogas, grilagem de terras, exploração irregular de madeira, desmatamentos e queimadas, a atuação dos grandes projetos econômicos que se instalaram na região, corrupção política e empresarial), porém oferecerá ao seu leitor um elemento a mais, o metajornalismo, ao colocar o jornalismo em questão submetido, como qualquer outra linguagem, à distinção realizada pela lógica: linguagem-objeto e metalinguagem. Metalinguagem neste texto tem a força não só de se auto-referenciar; uma leitura pormenorizada de seus próprios códigos e estrutura, mas preza no grau máximo o seu sentido etimológico de crítica.

Trata-se, nas palavras de Chahub (2002), de entender a metalinguagem como uma equação, “a equação que se monta é entre Dizer = Fazer” (2002: 40). Nesta estrutura da linguagem aparecerá o sentido, “alguma característica do objeto real está criada no texto” (2002: 40). Assim, a escritura do *Jornal Pessoal*, ao Dizer sobre o Jornalismo, desnudando-o; potencializa o Fazer ao evocar princípios históricos da informação de interesse público à sociedade,

A dupla força do *Dizer e Fazer crítico-analítico* parece ser a marca do *Jornal Pessoal* em seus 26 anos de existência. Poder-se-ia dizer que o alternativo cumpriu a

sua missão nos seus primeiros cinco anos quando exercia plenamente a chamada grande reportagem, um dos gêneros mais nobres do jornalismo? Talvez a resposta pudesse ser sim. Entretanto, os artigos publicados no *Jornal Pessoal*, centralizados na análise e na crítica dos fatos, de perfil editorializado, apresentam sempre uma visão diferenciada do que acontece na Amazônia longe dos filtros exóticos que insistem pairar na região.

Na obra *O pensamento mestiço*, o historiador italiano Serge Gruzinski (2001: 29), observa que o exotismo da região é uma espécie de filtro sedutor e redutor, além de um fornecedor de clichês. É nessa perspectiva que a Amazônia, uma região de fronteira do Brasil, distante dos centros irradiadores da informação, é tratada pela maioria da mídia, seja local, nacional ou internacional. A mídia, em sua maioria, vende uma imagem exótica do lugar. Antes de causar indignação pelos problemas que afligem a região, a imagem em cores da Amazônia tem que primeiro “espetacularizar”, fascinar. Um jogo de sedução e sedação que paralisa e conforma os sentidos, obrigando as pessoas a formatar uma imagem tão-somente do “mito do bom selvagem”, “Amazônia, pulmão do mundo”.

Tal visão não se desenvolveu agora. Gruzinski comenta que desde o Renascimento, a Amazônia excita mentes sejam de espanhóis, portugueses, franceses, italianos e outros:

ali os primeiros exploradores procuraram Amazonas, eldorados e jardins Hespérides. A isso se acrescentam as lembranças escolares, toda vez que as desgraças dos nativos reavivam em nós o mito do bom selvagem cultivado pela França humanista, literária e estudantil desde Jean de Levy e Michel de Montaigne. Por último, as ameaças que hoje pairam sobre essa região do globo introduzem uma tensão dramática que a torna ainda mais atraente (GRUZINSKI, 2001: 30).

Gruzinski argumenta ainda que escritores, poetas e cineastas não pararam de explorar esses estereótipos transformando-os em sonhos destinados a um público cada vez mais ávido de mundos primitivos e perenidade. “Hollywood e os meios de comunicação, exibindo um humanismo de circunstâncias, se substituíram a eles, com o sucesso que se conhece” (2001, p. 30).

Contra essas mitologias midiáticas, o *Jornal Pessoal* se volta e se revolta. Mesmo vivendo em plena época do encantamento das chamadas tecnologias da virtualidade, de um mundo dominado pelo poder das imagens, o alternativo, com toda sua limitação – possuidor da técnica artesanal de feições gutenberguianas, assentado na cultura letrada - 15 páginas de código verbal, não utiliza cores nem fotografias, –

consegue contribuir para o fluxo de comunicação na Amazônia da forma mais democrática possível, lutando para retirar a capa do exotismo e da sedução que cobre a região³. O periódico não aceita nenhum tipo de publicidade de partido político, igreja, sindicato, empresário, governo e é escrito solitariamente pelo jornalista Lúcio Flávio Pinto.

Considera-se neste artigo o *Jornal Pessoal* como uma mídia radical alternativa, à luz do que Downing conceitua para as mais diversas manifestações da comunicação de linha contra-hegemônica, ou seja, aquela “mídia – em geral de pequena escala e sob muitas formas diferentes – que expressa uma visão alternativa às políticas, prioridades e perspectivas hegemônicas” (2002: 21). Nesse sentido, Lúcio Flávio Pinto é um sujeito engajado neste tipo de mídia com propostas de ação crítica na sociedade amazônica.

Neste momento, torna-se necessário apresentar a equação Dizer = Fazer crítico-analítico da mídia radical alternativa *Jornal Pessoal*, a força metajornalística do periódico, que tomará como linguagem-objeto a grande imprensa paraense, representada pelos jornais *O Liberal*, *Diário do Pará* e *a Província do Pará*, este último já fora de circulação.

A análise recairá metodologicamente a partir de três casos que marcaram a história contemporânea da região amazônica: o assassinato em 1987 do ex-deputado estadual Paulo Fontelles, advogados de posseiros no Sul do Pará; o rombo de 30 milhões de dólares no maior banco de financiamento da Amazônia (BASA), também em 1987; e o narcotráfico internacional na Amazônia, tendo como foco o assassinato, no dia 10 de dezembro 1991, do jovem empresário Bruno Meira Mattos, filho do então secretário de Justiça do Estado do Pará, Adherbal Meira Mattos.

Esses temas áridos, espinhosos, que fazem parte do cenário cotidiano da Amazônia, serão apresentados pelo *Jornal Pessoal* tendo como viga mestra o jornalismo amazônico como notícia, pois tiveram pouca repercussão ou quando publicados nas páginas da grande imprensa contaram com distorção ou omissão. Tal afirmação se sustenta na investigação da cobertura dada pelos jornais à época e registrada neste trabalho.

³ Em 2008 o *Jornal Pessoal* ingressou no mundo da internet. (disponível em: <http://www.lucioflaviopinto.com.br>). O jornalista, amante da cultura letrada, publica na íntegra os textos do periódico na web. O texto não recebe nenhum tratamento para se adaptar à linguagem da internet.

O primeiro deles tem como tema conflito agrário, a luta pela posse da terra, que já ceifou no sertão amazônico centenas de vidas inocentes como a do ex-deputado estadual pelo PMDB, Paulo Fonteles de Lima, advogado de posseiros no violento sul do Pará, recordista nacional em conflitos de terra. Este é o tema inaugural do *Jornal Pessoal*. Aqui cabe uma explicação ligada à origem do periódico como uma imprensa independente e que germinará toda uma proposta de se fazer metajornalismo nesta parte da Amazônia.

O alternativo só passou a existir porque o jornal *O Liberal*, então o de maior circulação na Região Norte, comprometido com empresário-anunciantes, não pôde publicar em suas páginas uma ampla reportagem investigativa de Lúcio Flávio Pinto sobre o assassinato, no dia 11 de junho de 1987, do ex-deputado Paulo Fonteles.

Lúcio Flávio Pinto, que até então trabalhava na redação de *O Liberal*, investigou por um período de três meses este crime político que envolvia latifundiários, pistoleiros, policiais militares, agente do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (Dops), do Serviço Nacional de Informação (SNI) e da Polícia Federal. Quando estava com a reportagem completa - um trabalho jornalístico denso, com reconstituição do atentado até os seus mandantes - apresentou o material ao jornal *O Liberal*. O texto foi censurado porque o jornalista havia citado o nome de Francisco Joaquim Fonseca, do Grupo *Jonasa*, que se dizia um dos maiores armadores fluviais do Brasil, bem como o da empresa *Belauto* (no período a maior revendedora de automóveis da *Volkswagen* no Pará), esta de propriedade de Jair Bernardino de Souza.

Estes dois homens, considerados à época os mais ricos do Pará, eram anunciantes do grupo de comunicação. Na reportagem, Lúcio Flávio Pinto acusava Joaquim Fonseca de ter mentido em seu depoimento à Polícia favorecendo o acobertamento dos autores intelectuais do assassinato, que conhecia.⁴ De acordo com Lúcio Flávio Pinto, tal fato foi determinante para que seu texto, que feria interesses comerciais, não fosse divulgado pelo jornal *O Liberal*.

Diante do problema, a solução encontrada pela direção de *O Liberal* foi autorizar a impressão de graça do primeiro número do *Jornal Pessoal*, que trouxe como manchete de capa a morte de encomenda de Paulo Fonteles, registrando o seguinte

⁴ Em outras reportagens, Lúcio Flávio Pinto denuncia também Jair Bernardino de ter seguido o mesmo exemplo de Joaquim Fonseca, faltado com a verdade à Polícia.

título: *Um crime bem planejado*. Toda a edição do periódico é dedicada a esta temática, que traz, pelo recurso da metalinguagem, um importante aviso ao leitor, já direcionado às características e ao nome da publicação.

Este é um jornal pequeno e pessoal não por acaso. É um produto das circunstâncias dentro das quais exerço sua opção: a de transmitir à opinião pública, sem retoques, os resultados da investigação dos temas mais importantes da conjuntura de hoje, talvez a história de amanhã. A intenção é publicá-lo quinzenalmente, com um tratamento temático, à maneira deste primeiro número, dedicado à morte do ex-deputado Paulo Fonteles, ou ampliando o seu universo. (JP, n. 1, capa, 1987).

Esta chamada de capa já comunga da mudança de conceito e de percepção frente ao jornalismo. O público é encarado pelo alternativo como ativo, convocando-o por meio dos textos subsequentes ao jornalismo participativo para uma mudança política na sociedade amazônica.

Naturalmente que uma posição política desta natureza provoca sanções. A empresa *O Liberal* impôs a Lúcio Flávio Pinto uma condição para rodar o *Jornal Pessoal*: o jornalista não poderia citar o nome da gráfica (JP, n. 1, 1997: 2). O objetivo era não passar para a empresa tamanha responsabilidade, resquício da Lei de Imprensa de 1967. A gráfica, à época, que se propôs a realizar a impressão era a *Delta Publicidade*, pertencente ao grupo *Liberal*.

É importante enfatizar, nesta pesquisa, que *O Liberal* fez a cobertura da morte de Paulo Fonteles, garantido o tema até como manchete de primeira página por vários dias em seu noticiário, incluindo o artigo *O vasto faroeste amazônico*, de autoria de Lúcio Flávio Pinto, publicado no dia 12 de junho de 1987, na página 7, de Política, mas nada que fosse aprofundado além do que poderia ser noticiado. Nada que pudesse atingir a forma-mercadoria-notícia, esta que esvazia o real de sentido, cifrando como valor para o mercado.

O Liberal, ao não divulgar o texto de Lúcio Flávio Pinto, certamente contribuiu para omissão de informações de relevante interesse público aos seus leitores. Do contrário, por que não abrigou tal reportagem? Ou por que ajudou a lançar o *Jornal Pessoal*? Ou por que permitiu que o valor de uso da informação, isto é, a parte “puramente redacional-noticiosa” (MARCONDES FILHO, 1986: 67), fosse parar na edição inaugural do primeiro número do alternativo? Todo este questionamento envolve o lançamento do periódico, que depois de alguns números começa, pelo recurso da metalinguagem, a revelar esta história em suas páginas.

Registra-se um texto metajornalístico intitulado, *Inocência cara*, extraído da edição de n. 3, de 1987, em que a imprensa já desponta como objeto-linguagem da crítica do alternativo. O *Jornal Pessoal*, ao denunciar a total ausência de jornalistas na cobertura sobre o depoimento do empresário Francisco Joaquim Fonseca, no início da noite do dia 28 de setembro de 1987, para o inquérito que apurava o assassinato do ex-deputado Paulo Fonteles, assina um discurso autoreferente, apresentando para o leitor marcas de que o único jornalista que estava de plantão era do *Jornal Pessoal*. Trata-se de uma reflexão pública sobre o papel dos profissionais do jornalismo.

Não havia um só jornalista ou qualquer pessoa estranha quando o empresário Francisco Joaquim Fonseca chegou à sala do delegado Otacílio Mota, no início da noite de 28 de setembro para depor no inquérito que apura o assassinato do ex-deputado Paulo Fonteles. Em condições normais, sua presença na Delegacia de Crimes Contra a Pessoa, no centro da cidade, movimentaria toda a imprensa, afinal Fonseca é acusado pela Família de Fonteles de ser o mandante do crime. Os advogados criaram condições para Fonseca chegar, declarar-se em condições de falar, negar as acusações e atribuí-las à molecagem da família e do Partido Comunista do Brasil. (JP, n. 1, 1987:7).

Ao exercer este tipo de prática metajornalística, o alternativo explora uma possibilidade histórica de questionamento do jornalismo como a única atividade social que tinha ideologicamente o poder de fiscalizar os outros poderes executivo, legislativo, judiciário, pois vem da origem do jornalismo, desde 1787, a simbologia de o “quarto poder”. Reconhece-se que o jornalismo não pode mais ser encarado como “atividade social nas democracias a escapar aos olhares críticos promovidos pela liberdade de expressão” (OLIVEIRA, 2007: 8 -18). Os mecanismos de “controle do próprio controle é a admissão, ainda que contrariada por grupos de profissionais, de que o jornalismo não tem por que ser um ofício de privilégios destacados” (2007: 18).

O segundo tema, que comporá a análise empírica deste artigo, diz respeito ao rombo de 30 milhões de dólares dado no maior banco de financiamento da Amazônia (BASA) em 1987. Com manchete: *A corrupção no Basa – Rombo de Cz\$ 1 bilhão*, o número 2 do *Jornal Pessoal*, da segunda quinzena de setembro 1987, denuncia, por meio de uma *práxis* atenta e vigilante, a existência de uma quadrilha que agia dentro desta instituição financeira, comandada por Augusto Barreira Pereira, ex- diretor de Crédito Geral e que, à época, assumiu a presidência interinamente do Banco da Amazônia.

Durante vários meses o filho de um dos diretores do Banco da Amazônia, o advogado Augusto Barreira Pereira Júnior, cobrou comissões para conseguir empréstimos em favor de empresas junto a três agências – em Belém, Rio de Janeiro e Itaituba. Segundo estimativas não oficiais, a cobrança dessas comissões poderia ter rendido até 100 milhões de cruzados [1987] ao advogado. Em compensação, o Basa pode ter sofrido prejuízo superior a um bilhão de cruzados, que se refletirá sobre seu balanço final. Provavelmente contando com a cobertura do pai, Pereira Júnior conseguiu que o Basa emprestasse a seus clientes em condições extremamente vantajosas, sem obedecer às normas bancárias e, às vezes, sem sequer dispor de garantias reais. (JP, n. 2, 1987: 5).

Além de investigar o caso cumprindo a missão do jornalismo de interesse público, Lúcio Flávio Pinto utiliza-se do instrumental da metalinguagem para provocar no leitor a reflexão sobre o porquê de um assunto de extrema importância para a Amazônia não ganhava destaque em *O Liberal*, *O Diário do Pará* e na *Província do Pará*.

Lúcio Flávio Pinto, depois de realizar estudo e investigação, chegou à conclusão de que a imprensa estava amordaçada por interesses político-econômicos. Os envolvidos eram pessoas ligadas à própria mídia e ao mundo político: “Augusto Barreira Pereira era procurador jurídico de *O Liberal* e tinha apoio do ex-governador e ex-senador Jader Barbalho, dono do *Diário do Pará*. Um dos envolvidos no desfalque, o compositor paraense, radicado no Rio de Janeiro, Billy Blanco, era irmão do superintendente de *Província do Pará*, Milton Trindade” (PINTO, 2005: 27).

A *Província do Pará*, edição do dia 26 de setembro de 1987, 1º Caderno, p.5, chegou até a publicar um anúncio do número 2 do alternativo, incentivando os leitores a ler e assinar o *Jornal Pessoal*. Na peça publicitária encontravam-se as seguintes manchetes: *Um balanço do governo Hélio Gueiros, Corrupção: rombo de CZ\$ 1 bilhão* (sem referência ao Basa) e *Caso Fonteles: Um quadro bizarro*. O anúncio figurava ao lado de notícias sobre o mundo econômico como *Grupo dos sete está preocupado com o futuro do dólar*; *Caixa Econômica manda demitir os grevistas*, *Bancários ultimam paralisação*, *FMI apresentará resultados positivos*, mas nenhuma notícia sobre o escândalo do Basa.

Na época, a Polícia Federal abriu dois inquéritos: um no Rio de Janeiro, onde se constataram irregularidades em operações financeiras na agência Madureira (Zona Norte) e outro em Belém. O assunto circulava na capital do Pará como matéria exclusiva do alternativo até que o silêncio nas páginas da imprensa local foi quebrado

depois que a grande imprensa nacional, sobretudo do Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, em ampla cobertura, começou a publicar esta nefasta operação de crédito, que culminou com a prisão dos executivos do banco e outros envolvidos, determinada pela juíza federal do Rio de Janeiro, Julieta Luntz.

Tal ato, que fez com que os envolvidos fossem parar atrás das grades da Polícia Federal, constituiu-se no primeiro processo judicial pela Lei n. 7.492, de 1986, conhecida como a lei do colarinho branco, destinada a punir os crimes contra o sistema financeiro nacional⁵.

Por coincidência, nesta mesma época [1987], o secretário de Finanças da Filadélfia, nos Estados Unidos, [Budd Dwyver] havia dado um desfalque de 300 mil dólares: ele convocou a imprensa para uma coletiva e na sala onde estavam os jornalistas suicidou-se com um tiro de revólver na boca. Esse desfalque era de 1% do valor do desfalque que tivemos na Amazônia: a grande imprensa [nacional] acabou então dando o caso de Belém e aí sim, muito tempo depois, os jornais locais também noticiaram.⁶ (VIEIRA FILHO, 1991: 129, grifo meu)

O fenômeno do metajornalismo, como crítica ao jornalismo operado não só no universo midiático a exemplo do *Jornal Pessoal* como também referente à pesquisa na academia, tem crescido no mundo contemporâneo. De acordo com Oliveira, o século XX foi profícuo em investigação “sobre os media, depois da II Guerra Mundial a produção acadêmica conheceu um franco incremento, motivado, em parte, pelo aparecimento e pela generalização da televisão e, já no final do século, pela progressiva digitalização das comunicações” (OLIVEIRA, 2007: 248).

O terceiro e último exemplo diz respeito à cobertura sobre o narcotráfico internacional na Amazônia tendo como foco o assassinato, no dia 10 de dezembro 1991, do jovem empresário Bruno Meira Mattos, filho do então secretário de Justiça do Estado do Pará, Adherbal Meira Mattos. Neste caso o jornalismo também desponta como pauta de interesse do alternativo.

O *Jornal Pessoal* de n. 81, em manchete de capa *A droga na sociedade*, traz um texto em que revela que o jovem empresário, personagem das colunas sociais, usava sua

⁵ O *Jornal Pessoal* sempre atualizou informações a respeito desse caso. Em 1996 e 2003, por exemplo, o periódico publicou matérias, edições n. 139 e n. 296, informando aos seus leitores que o Tribunal de Contas da União (TCU), quinze anos depois, concluiu que o principal responsável pelas irregularidades era Augusto Barreira Pereira.

⁶ Lúcio Flávio Pinto concedeu entrevista para o livro *Complexo de Clark Kent. São super-homens os jornalistas?* de Geraldinho Vieira Filho. São Paulo: Summus, 1991.

empresa de câmbio e turismo, a Carajás Turismo, como fachada para o seu principal negócio: a cobertura do narcotráfico internacional. De acordo com Lúcio Flávio Pinto, nesse ano, Bruno pode ter intermediado a passagem de 100 milhões de dólares em cocaína para a Europa e para os Estados Unidos. “Um mundo aparentemente limpo ocultava o submundo delinqüente, com tentáculos subindo aos patamares do poder e da chamada alta sociedade” (PINTO, 2005: 28).

Lúcio Flávio Pinto sustenta nas páginas do alternativo de n. 81 que Bruno foi assassinado enquanto estava dirigindo seu carro da marca Gol em uma movimentada estrada de acesso a Belém do Pará. “Um homem apontou uma pistola de grosso calibre, provavelmente uma *Magnum*, e fez um único disparo. A bala penetrou na têmpora de Bruno [...] que teve morte imediata” (JP, n. 81, capa, 1992).

O tratamento da imprensa neste caso foi superficial, com pouca menção ao tráfico de drogas na região. O jornal *Diário do Pará* trouxe manchete na primeira página do dia 11 de dezembro de 1991: *Morto filho do secretário de justiça*, a indicação da reportagem para o leitor apontava a página de *Polícia*. Entretanto, nada foi publicado neste caderno. A matéria encontrava-se no final da página do caderno *Internacional*, juntamente com notícias sobre *Conferência de paz no Oriente Médio*, *Japoneses adiam forças de paz*, etc. Temáticas diametralmente opostas ao assunto em questão.

O jornal *O Liberal* não precisou nem desse subterfúgio. Simplesmente ignorou nesta data tal assunto. *A Província do Pará* apresentou o caso na capa com manchete: *Assassinado o filho do secretário*, além de trazer uma foto de Bruno Meira Mattos. A matéria teve abrigo no 1º caderno, p. 7, ao lado de notícias sobre política e economia nacional.

Como o *Jornal Pessoal* abrigou o tema por vários meses em suas páginas, no intenso *Dizer e Fazer* jornalístico, trazendo inclusive à tona fatos que estavam ocultos do leitor, a imprensa de Belém do Pará resolveu se manifestar, no dia 2 de abril de 1992, com a seguinte informação: Bruno não foi assassinado, tese sustentada pelo *Jornal Pessoal*, mas se matara.

O que motivou tal mudança editorial da imprensa paraense? Uma carta, que Bruno Meira Mattos teria escrito, sem datá-la, antes de morrer. Nela informava ao sogro, Michel Haber, de que iria se matar porque não tinha condições de resolver seus problemas financeiros. A morte seria planejada para que parecesse acidental, permitindo que seu filho, Bruninho, recebesse dois seguros no valor de 200 milhões de cruzeiros. A carta foi encontrada pela viúva Milene, quase quatro meses depois do fato. Essa história

foi levada à Polícia pela família de Milene, no dia 1º de abril, sob a intermediação do consagrado jurista penal, Edmundo Oliveira, e publicada pela imprensa.

O *Jornal Pessoal* n. 88, 1992, contestou, imbuído do procedimento metalingüístico, a mudança editorial da imprensa do Pará. A manchete de capa da edição do alternativo foi: *Suicídio de conveniência*, com o seguinte subtítulo: *De repente, a imprensa se interessa pela morte de Bruno Meira Mattos. A história levantada é absurda, mas interessa para os que querem sepultar de vez o incômodo caso envolvendo personagens tão influentes.*

Lúcio Flávio Pinto, ainda nessa edição, critica o fazer jornalístico da imprensa paraense, que só se manifestou até onde os fatos poderiam ser contados, não contribuindo, dessa forma, para o esclarecimento da sociedade, tarefa do jornalismo. “Os textos das notícias publicados pela imprensa induziam o leitor a concluir que se tratava de suicídio e que o caso deveria ser encerrado pela polícia”. (JP, n. 88, capa, 1992).

De acordo com Lúcio Flávio Pinto, se fosse verdade a dedução do bilhete encontrado pela viúva, “Bruno se matara enquanto estava dirigindo a 90 quilômetros por hora, na movimentada estrada de acesso a Belém, com um único tiro, disparado de uma distância mínima de três metros, de cima para baixo, a partir da esquerda (embora fosse destro). Trata-se de um suicídio único na história da humanidade”, ironizou o jornalista.(PINTO, 2004).

Ainda na edição de número 88 do alternativo, há uma matéria intitulada *A trama plantada*, em que o *Jornal Pessoal* analisa o *modus operandi* da imprensa, denunciando como nos demais casos citados, a falta de princípio ético do jornalismo quando deixa de cumprir com sua função social de informar o cidadão.

Todos os três jornais diários de Belém surpreenderam seus leitores sobre o caso Bruno Meira Mattos. [...]. A surpresa maior estaria em *O Liberal*, que colocou o assunto sob o segundo principal título da primeira página na edição do dia 2 (de abril de 1992), enquanto a *Província do Pará* e o *Diário do Pará* davam destaque nas páginas internas. O motivo dessa mudança de comportamento editorial era uma carta escrita por Bruno, capaz de indicar, segundo *O Liberal*, que ele teria se suicidado. Apesar do impacto causado pela notícia, no dia seguinte ela só mereceu tratamento melhor no *Diário*, que abrigou a reação do pai de Bruno, Adherbal Meira Mattos. Ele não aceitou a hipótese de suicídio. As declarações do secretário não tiveram direito a mais do que o pequeno parágrafo final de uma notícia em uma coluna na página policial de *O Liberal*. *A Província* não retornou ao assunto, que já no domingo voltou a mergulhar nas trevas do

desinteresse da grande imprensa. Ninguém fez qualquer associação entre o assassinato e o tráfico de drogas, para o qual a empresa de câmbio de Bruno funcionava como fachada para a lavagem dos dólares da droga. (JP, n. 88, 1992: 3-4).

Observa-se pelo texto acima que a metalinguagem crítica do *Jornal Pessoal* vai além do simples papel de dar as notícias, porque implica na relação democracia e jornalismo. Com uma lupa reflexiva voltada para o próprio campo jornalístico - as implicações mercadológicas, as alianças publicitárias e políticas que limitam e comprometem o fazer jornalismo - Lúcio Flávio Pinto assume uma narrativa pedagógica ao explicar o significado de uma notícia plantada, ou seja, uma informação fabricada por meio dos fatos.

A estranha dieta dos jornais foi quebrada graças a um “lobby” feito pelo advogado Edmundo Oliveira, um contraparente do governador com amplo trânsito pelas chefias de redações e nas instâncias do poder. As matérias destacadas pelos três jornais no dia 2 de abril de 1992 deixavam bem nítida sua origem de “notícia plantada”. Apesar da inverossimilhança da história montada com base na carta de Bruno, apenas no dia seguinte *O Liberal* permitiu-se colocar na boca de fontes policiais anônimas algumas dúvidas superficiais sobre a consistência do enredo. Como 98% dos leitores de jornais de Belém são freqüentadores cativos das páginas do jornal, para eles, o que deve ter ficado mesmo é que o filho do secretário de justiça se suicidou, final inaceitável para Adherbal [o pai], mas o objetivo dos que montaram a encenação. (JP, n. 88, 1992: 4 grifo do autor).

Em seguida, Lúcio Flávio Pinto, utilizando o signo crítico em seu texto, aponta o uso do jornalismo para fins que não o de interesse público, resultando numa política de conivência e conveniência da imprensa, contribuindo para o estado de impunidade, a principal base dos crimes de encomendas na Amazônia.

As pessoas bem informadas sobre o assassinato ficaram espantadas com a audácia dos que se dispuseram a usar a imprensa para tentar encerrar um caso que, em outras circunstâncias, teria provocado uma longa cobertura dos jornais, se não envolvesse tantos interesses poderosos – e ocultos. Tal ousadia se explica pela tolerância da própria imprensa para absorver esse tipo de iniciativa e manter-se à margem de alguns compromissos que sua função junto à opinião pública lhe impõe. Ainda que a matéria sobre a carta de despedida de Bruno Meira Mattos fosse paga ou resultante de um acerto de cúpula, era dever dos jornais chamar a atenção de seus leitores para – ao menos – as contradições entre a nova versão e o resultado das investigações feitas até aquele momento. [...]. Tanto quanto os poderes legalmente estabelecidos, a imprensa contribui para o estado de impunidade, a principal matriz dos numerosos crimes de

encomenda ou os sanguinários acertos de conta, que se amiúdam neste triste Estado, quando se comporta tão levemente, omitindo-se sabe-se lá por qual compromisso de compadrio ou transação de caixa. (JP, n. 88, 1992:4).

Ao agir dessa forma, Lúcio Flávio Pinto encerra seu texto afirmando, de forma veemente, que jornalismo deste tipo não é imprensa, é balcão de negócio⁷. A título de informação o caso Bruno Meira Mattos não apresentou desfecho final. Parece que o crime foi perfeito, não chegando a nenhuma elucidação. Os três casos citados dão uma idéia da natureza do *Dizer e Fazer* jornalismo do alternativo baseado na investigação, análise e crítica dos fatos, voltado para o sentido público da informação, porém numa complexidade maior ao penetrar, investigar, criticar e revelar a arquitetura do jornalismo da assim chamada grande imprensa a quem deveria por princípio oferecer informação de interesse público ao cidadão.

Segundo Marcondes Filho (1986: 34), há duas formas de se trabalhar com o público. “A primeira - aqui se insere o *Jornal Pessoal* - rompe com o código convencional do receptor [...] introduzindo a dúvida, a reflexão, a inovação”; já a segunda atua “de acordo e em consonância com as regras estabelecidas, com as expectativas conhecidas, com os padrões amplamente esperados” (1986: 34).

Em outras palavras, significa dizer que no jornalismo “o primeiro tipo refere-se à atuação arrojada e crítica, construtora de opinião, atuante politicamente e inspirada nas formas de uso da imprensa como veículo de questionamento de valores, de promoção de novas idéias e, acima de tudo, de “salto para frente” de seu público, de sua participação política. A segunda forma é a do marketing jornalístico” (MARCONDES FILHO, 1986: 34).

Considerações finais

⁷ O *Jornal Pessoal* continuou investigando o caso até que depois de três anos, a Polícia Federal apreendeu, no Pará e no Amazonas, simultaneamente, uma tonelada de cocaína da mesma quadrilha de Bruno Meira Mattos, na maior apreensão feita até então no país. Neste caso, “toda a imprensa apareceu para uma coletiva do delegado especializado no tráfico, José Sales. Apenas notícias superficiais. Quem quiser reconstituir o avanço dos cartéis de Cali e Medellín sobre a Amazônia brasileira terá que consultar o arquivo do *Jornal Pessoal*.” (PINTO, 1998: 128).

O *Jornal Pessoal*, uma insubordinada mídia radical alternativa (DOWNING, 2002), é possuidor de uma metalinguagem que preza no grau máximo a crítica, seu método por excelência de Dizer e Fazer jornalismo. Ao utilizar esse método, o alternativo não abre mão de divulgar as grandes questões da Amazônia (como trabalho escravo, assassinatos no campo, grilagem de terra, etc), mas oferece ao leitor um elemento a mais, pois coloca o jornalismo amazônico em questão, desvelando o seu *modus operandi* quando se desvirtua do compromisso histórico com o interesse público.

Observou-se também que optar pelo metajornalismo crítico numa região como a amazônica, distante dos centros irradiadores de informação, não tem sido fácil para Lúcio Flávio Pinto. O jornalista vem sofrendo agressões de natureza física e moral, ameaças de morte (muito comum no sertão da Amazônia para quem desafia o poder, caso Chico Mendes, Paulo Fonteles, irmã Dorothy Stang, entre outros) além de responder a vários processos na Justiça do Estado do Pará, traduzindo em um processo político para calar a voz independente do periódico na região. As ações da família Maiorana - ainda detentora do monopólio da comunicação no Estado por conta da *TV Liberal* afiliada da *Rede Globo* - é a que possui, hoje, o maior número de processos na justiça contra o jornalista.

Outro processo que merece destaque pelo grau de importância da causa pública diz respeito à ação movida pelo empresário Cecílio do Rego Almeida⁸, contra Lúcio Flávio Pinto. O motivo foi porque o jornalista escreveu matéria sobre uma das maiores grilagem de terras na Amazônia, referindo-se a C. R. Almeida como “pirata fundiário”. A justiça federal de 1ª instância anulou os registros imobiliários dessas terras, uma área de quase cinco milhões de hectares no vale do rio Xingu, no Pará, já que são partes do patrimônio público. O empresário foi considerado o maior grileiro do país pelos órgãos oficiais brasileiros, como a Polícia Federal, Ibama, Iterpa, Ministério Público Federal, Funai.

É importante enfatizar que nenhuma das pessoas que acionaram o jornalista na Justiça exerceu o direito de resposta concedido pelo *Jornal Pessoal*, como a maioria de seus leitores faz: Os litigantes acionaram logo a Justiça, tornando a discussão da questão restrita apenas aos autos dos processos. O objetivo é acabar com a experiência alternativa da publicação, já que se trata de um periódico que luta em prol da causa

⁸ O empresário faleceu em março de 2008, mas a família assumiu o processo contra o jornalista.

pública e incomoda os detentores do poder na região. Esta é talvez a única interpretação que se pode ter dos processos contra Lúcio Flávio Pinto, que já duram 21 anos no Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

Nesse sentido, a natureza complexa da metalinguagem do *Jornal Pessoal* - a noção da metalinguagem como duplo - ou seja, o *Dizer* e o *Fazer* jornalísticos intimamente ligados -, é a essência da publicação. O periódico oferece este importante instrumental crítico à sociedade, já que desnuda não só os fatos sociais como também o jornalismo amazônico atual, como está constituído e como se mantém. Aqui subjaz a importância de se recorrer ao alternativo *Jornal Pessoal* como objeto de investigação: o fato de se ter uma metalinguagem crítica da mídia e a credibilidade de um jornal que é capaz de conjugar princípios éticos com prática jornalística na Amazônia.

Dito de outro modo: o *Jornal Pessoal* constrói uma metalinguagem jornalística na medida em que possibilita *Dizer* e *Fazer*, no interior do universo da mídia, alternativas críticas aos paradigmas midiáticos atuais. Afora isso, toda a luta metajornalística do alternativo converge para um único objetivo: fazer jornalismo fundado nos princípios da verdade, da ética, da liberdade, mas, operacionalizando-o efetivamente, elevando a profissão à função crítico-social que por direito e dever lhe cabe na sociedade.

Referências

A PROVÍNCIA DO PARÁ, Belém, edição de 11 dez. 1991. Caderno 1, p.7

_____. Belém, edição de 26 set. 1987. Caderno 1, p.5 – Biblioteca Pública Arthur Vianna – Setor de Microfilmagem

AMORIM, Célia Regina Trindade Chagas Amorim. **Jornal Pessoal: uma metalinguagem jornalística na Amazônia**. Tese de Doutorado. PUC-SP, 2008.

BARTHES, Roland. **Crítica e verdade**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

CHALHUB, Samira. **A Metalinguagem**. São Paulo: Ática, 2002.

DIÁRIO DO PARÁ, Belém, edição de 08 fev. 2007

_____. Belém, edição de 11 dez. 1991.

_____. Belém, edição de 30 jan. 2007.

DOWNING, John. **Mídia Radical**: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais. São Paulo: Senac, 2002.

GUERREIRO, Mario A. L. A transição da ética para a meta-ética. **An. Filos.** São João del-Rei, n. 10, p. 151-164, jul, 2003.

GRUZINKI, Serge. **O Pensamento mestiço**. Trad. Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O Capital da notícia**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1986.

OLIVEIRA, Maria Madalena da Costa. **Metajornalismo...Ou quando o jornalismo é sujeito do próprio discurso**. Tese de Doutorado. Universidade do Minho, 2007.

PINTO, Lúcio Flávio. Bombeiro na fronteira em chamas. In: DANTAS, Audálio (org.). **Repórter**. São Paulo: Senac, 1998, 197 p., p. 117-129.

_____. Entrevista. Belém, out. 2004. Concedida a Célia Regina Trindade Chagas Amorim.

_____. Entrevista. Belém, out. 2011. Concedida a Célia Regina Trindade Chagas Amorim.

_____. **Guerra Amazônica** – o jornalismo na linha de tiro de grileiros, madeireiros, intelectuais, etc. Belém: O Autor, 2005, 300 p.

_____. Corrupção no Basa. Rombo de Cz\$ 1 bilhão. *Jornal Pessoal*, Belém, n. 2, Belém, set. 1987.

_____. A droga na sociedade. *Jornal Pessoal*, Belém, n. 81, jan. 1992.

_____. Suicídio de conveniência. *Jornal Pessoal*, Belém, n. 88, abr. 1992.

_____. Trama plantada. *Jornal Pessoal*, Belém, n. 88, abr. 1992.

_____. O “rombo” do Basa. *Jornal Pessoal*, Belém, n. 139, maio 1996.

_____. O “caso Basa”. *Jornal Pessoal*, Belém, n. 296, jan. 2003.

_____. Rombo. *Jornal Pessoal*, Belém, n. 332, out. de 2004.

_____. O fim da “Ceciolândia”. *Jornal Pessoal*, n. 508, mar. 2012a.

_____. Grilagem. A pirataria nas terras da Amazônia. *Dossiê Jornal Pessoal*, n. 1, mar. 2012b.

VIEIRA FILHO, Geraldinho. **Complexo de Clark Kent**. São super-homens os jornalistas? São Paulo: Summus, 1991.